

I. CONDIÇÕES DE VIDA DA CLASSE OPERÁRIA EM SÃO PAULO

A vida da população operária na cidade de São Paulo nos fins da década de 20 e inícios da de 30 foi apreendida de várias formas e por vários agentes sociais. Construir de maneira impressionista um quadro geral das condições de vida do operariado na cidade no período, através das mais variadas fontes e do relato dos vários agentes sociais, é o intuito deste capítulo. As várias fontes e relatos usados para a reconstituição um tanto difusa do quadro de vida do operariado fora dos locais de trabalho vão sendo contrapostos ao longo deste capítulo, pois configuram os interesses divergentes e conflitantes de agentes históricos concretos.

Em 1927, o Boletim do Departamento Estadual do Trabalho publicava um *Recenseamento Operário da Capital*, realizado pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS): 203.736 seriam os operários e 3.629 as fábricas e estabelecimentos industriais. Às "fábricas e estabelecimentos industriais" incluíam fiação e tecelagem, construções e materiais, "padarias, hotéis, bares e chopes, cafés e botequins com garçons", massas alimentícias, frigoríficos (gêneros alimentícios), manufatura de ferro, estradas de ferro (Estrada de Ferro Sorocabana, São Paulo Railway, Estrada de Ferro Central do Brasil), "diversos estabelecimentos industriais e fábricas" (chapéus e bonés, eletricidade, roupa branca, brinquedos, manufatura de fumos, óleos, etc.), calçados e artefatos de couro, manufatura de madeiras, estabelecimentos gráficos, indústrias de vidro, automóveis e acessórios, produtos e preparados químicos, bebidas diversas (fábricas de cerveja, licores e xaropes...), papel e papelão, manufaturas de metais, borracha e mármore, viação e transporte (The São Paulo Tramway, Light and Power Company Limited), Companhia Telefônica Brasileira, Companhia de Gás (The

São Paulo Gaz Company Limited), serviços públicos (Seção de Obras da Prefeitura Municipal, Águas e Esgotos e Limpeza Pública), cemitérios públicos, etc... Amostra significativa de pequenas e médias empresas, grandes fábricas e fabriquetas, estabelecimentos comerciais, botequins, companhias de transporte, serviços... O mundo do "trabalho" em São Paulo era imenso. Do total de trabalhadores, 55.717 seriam "autônomos": estimava-se em 20.000 os pedreiros, carpinteiros, pintores, eletricitas e jornalheiros em geral, em 20.000 os *chauffeurs* matriculados na 3.^a Delegacia Auxiliar (destes, fariam parte de associações de classe 7.950), em 11.717 os carroceiros e condutores de veículos à tração animal e em cerca de 4.000 os ajudantes de carroceiros.¹ O *Recenseamento Operário* do DOPS, cujos critérios não são explicitados, ao mesmo tempo que revela o grau de controle exercido sobre a classe trabalhadora na cidade, evidencia a heterogeneidade do trabalho urbano, no qual são iguallados operários industriais e urbanos, trabalhadores assalariados ou independentes (notadamente os motoristas), operários de grandes indústrias e pequenas indústrias ("manufaturas" de ferro, metais, borracha, mármore...), pequenas oficinas, deixando entrever a complexidade das relações de trabalho na capital do estado.

Os trabalhadores, iguallados e homogeneizados naquela estatística por sua "condição operária", são em sua maior parte imigrantes e filhos de imigrantes na cidade de São Paulo que, aliás, ainda é vista por alguns observadores como uma cidade "estrangeira", mesmo em 1940.² A classe trabalhadora seria "estrangeira" mesmo nos anos 30 (1934) e a população dos bairros operários, "branca", apresentando pequena percentagem de mulatos e negros (3%), de acordo com pesquisas feitas com 2.700 famílias de diferentes "camadas sociais". Mulatos e negros integrariam um "grupo baixo, composto de indivíduos semidependentes",

1. Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, São Paulo, Tipografia Brasil de Rothschild e Cia., 1927 (1928), n.º 58 (1.º trimestre de 1927), pp. 29-34. *Recenseamento Operário da Capital* (DOPS), (Arquivo do Estado de São Paulo — AESP).

2. Oscar Egídio de Araújo, "Enquistamentos Étnicos", in *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, Departamento de Cultura, 1940, n.º 65, pp. 227-46: "...Diante desse resultado seria preferível fazer o que, pilheriando, disse o Prof. Samuel Lowrie, da Universidade do Texas, na ocasião em São Paulo: estudar não as colônias estrangeiras, mas a colônia brasileira" (p. 230).

ocupando neste a porcentagem de 27%.³ Apesar da excessiva preocupação com a constituição de uma "nação" realmente brasileira, que percorre, aliás, todas as pesquisas sobre a "população paulistana" realizadas na década de 30 pelo Departamento de Cultura, a cidade de São Paulo nos fins dos anos 20 e início dos 30 mostra-se como um centro industrial, operário e "estrangeiro": os italianos, seus filhos e netos sendo majoritariamente trabalhadores industriais. A xenofobia, fato consumado nas primeiras décadas do século XX, principalmente em relação ao trabalhador no Estado de São Paulo, ainda percorre relatos da mais diferente natureza no decorrer da década de 30.

Dentro da cidade de São Paulo, o operariado industrial e urbano mesclava-se à população pobre nos "antigos bairros operários" e nos novos bairros que foram se formando com a expansão urbana.

É bastante conhecida a constituição dos bairros operários na capital do estado.⁴ O núcleo urbano de São Paulo se iniciara dentro de um maciço, espigão ou colina cercado por regiões de várzea, ribeirinhas (rios Tietê e Tamanduateí). A partir de 1870, o processo de urbanização tornou-se extremamente rápido, devido ao desenvolvimento da economia cafeeira e início da atividade industrial.⁵ Com a constituição das estradas de ferro, as regiões de várzea foram sendo incorporadas ao centro, à cidade. Por volta de 1890 já se encontrava na capital uma divisão que será acentuada e definida nas duas primeiras décadas do século XX: na sua parte alta, no

3. Samuel H. Lowrie, "O Elemento Negro na População de São Paulo", in *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, Departamento de Cultura, 1938, n.º 48, pp. 5-56 (p. 32).

4. Alguns autores forneceram importantes elementos para a reconstrução histórica dos bairros operários de São Paulo, no início do século, entre eles, principalmente, Caio Prado Jr., "Contribuição para a Geografia Urbana da Cidade de São Paulo", in *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo, Brasiliense, 1961, pp. 117-46, e Richard Morse, *Formação Histórica de São Paulo*. São Paulo, Difel, 1970. Monografias específicas sobre alguns bairros operários da cidade (Barra Funda, Bexiga, Brás, entre outros) são de muita valia para um estudo mais minucioso da formação histórica da capital do estado; elas fazem parte da coleção "História dos Bairros de São Paulo", promovida e editada pela Secretaria da Cultura do Município de São Paulo. Entre as muitas monografias, a de Maria C. Torres, *O Bairro do Brás*, São Paulo, Departamento de Cultura, Secretaria da Educação e Cultura, Prefeitura de São Paulo, 1969, destaca-se como trabalho pioneiro.

5. Richard Morse, *op. cit.*

maciço, os bairros mais ricos, e na parte baixa, na várzea, os bairros operários, pobres e insalubres.⁶

A própria localização espacial da relação capital-trabalho, classes dominantes/dominadas, possibilitara este tipo de configuração, que, aliás, não é característica específica da cidade de São Paulo.⁷ Esses bairros eram, em geral, bairros mistos, de residências operárias e indústrias. Os industriais permutavam terrenos com a municipalidade ou compravam os terrenos da várzea a baixo preço. A escolha de locais para o estabelecimento das indústrias e fábricas obedecia a certas invariantes ou "lógica": locais onde o preço do terreno era mais baixo, próximos de estradas de ferro para embarque e desembarque (caso do Brás, notadamente, o maior, mais antigo e importante bairro operário da capital), razoavelmente servidos de "transporte" para a locomoção da classe trabalhadora, etc. Por outro lado, o baixo preço dos terrenos da várzea até meados da década de 10 (1915, mais ou menos) fazia o loteamento e a construção de residências humildes nestes locais um negócio altamente lucrativo, fixando-se neles o operariado (o "trabalho"). Os industriais ou buscaram situar os operários próximos às indústrias ou, inversamente, colocaram as indústrias em locais densamente habitados pela população mais pobre em função dos preços mais baixos das habitações dos bairros de várzea ou de bairros altos, mas distantes, sem quaisquer melhoramentos (o bairro da Casa Verde é um dos exemplos).

Os bairros operários mais antigos foram o Brás e Moóca, Belém, Belenzinho e Pari na "zona" leste da cidade; Barra Funda, Bom Retiro e Bela Vista, na área mais central; trechos da Lapa, Água Branca, na "zona" oeste; além do Cambuci e Ipiranga (sudeste), todos eles se configurando como bairros industriais e populosos.

Os trabalhadores industriais e urbanos, ao longo da década de 20 e inícios da de 30, ainda ocupam massivamente esses bairros antigos, e outros ainda distantes, como a Penha, que se configura como bairro operário, trechos do bairro de Pinheiros, áreas deterioradas do centro, etc. Há indícios de que nos inícios dos anos 30 os operários industriais concentravam-se principalmente no Brás e Moóca.

6. *Idem*, pp. 356-8; Maria C. Torres, *op. cit.*, pp. 112 e 168.

7. Francisco Foot e Victor Leonardi, *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo, Global, 1982, pp. 194-6.

Em 1935, em uma pesquisa que se propunha investigar o "nível social de São Paulo",⁸ chegava-se à conclusão da existência de zonas sociais típicas na capital do estado. Embora pelos seus critérios não se consiga distinguir muito bem os operários da massa urbana pobre da cidade, os bairros operários ou pobres seriam parte do Bom Retiro, Santa Cecília, Lapa, Butantã e mesmo pequena parte do Jardim América e Consolação, além de grande parte do Brás e bairros inteiros como Moóca, Pari, Belenzinho, Liberdade, Cambuci, Ipiranga, Casa Verde e Freguesia do Ó. Bolsões extremamente pobres poderiam ser encontrados em regiões de chácaras que começavam a ser loteadas, caso do Itaim, Ibirapuera, Saúde, Indianópolis, etc. Uma "geografia" das classes era esboçada:

"Servindo-nos da analogia com a topografia, podemos falar de zonas de nível social mais alto ou mais baixo, ou então, para nos cingir mais à nossa analogia, em 'espigões' e 'baixadas' do fenômeno. Ainda como na topografia, podemos igualmente representar a configuração social de várias zonas por meio de curvas de nível. Notaremos, desta forma, em nossa planta das zonas um espigão que atravessa a cidade no sentido aproximado Norte-Sul, seguindo a Cantareira, Santana, Luz, Centro e acompanhando a linha de comunicação com Santo Amaro.

Este espigão mestre, na sua parte central, alarga-se em um grande chapadão cujos contrafortes para oeste seguem: um a linha das estradas de ferro São Paulo Railway e da E. F. Sorocabana, o outro tende para a zona do Butantã. Para leste o chapadão apresenta também dois contrafortes: o primeiro segue pela Moóca e Belenzinho e outro a sudeste abrangendo o Ipiranga. Pertencendo a este maciço e dele separado pela baixada social da Moóca, Vila Prudente, Tatuapé, Belenzinho e Pari, apresenta-se um pico isolado".⁹

8. "Ensaio de Um Método de Investigação do Nível Social de São Paulo pela Distribuição da Profissão de Pais dos Alunos das Escolas Públicas Primárias", in *Revista do Arquivo Municipal*, Departamento de Cultura e Recreação, 1935, n.º 23, pp. 189-206 (AESP). Outro ensaio apresenta dados aproximados: "Ensaio de Um Método de Estudo da Distribuição da Nacionalidade dos Pais dos Alunos dos Grupos Escolares da Cidade de São Paulo", in *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Departamento de Cultura e Recreação, 1936, n.º 25, pp. 189-206 (AESP).

9. "Ensaio de Um Método de Investigação do Nível Social de São Paulo", *op. cit.*, p. 197.

A cidade de São Paulo apresentava ainda, de qualquer forma, ao longo dos anos 20 e inícios dos 30, uma divisão social marcante. Os ensaios de investigação das "zonas sociais" nos anos 30 visavam inclusive subsidiar as estatísticas oficiais; para sua maior eficácia, segundo os técnicos,¹⁰ qualquer estudo, para ser capaz de generalizações e aplicação, deveria levar em conta a diversidade das "zonas sociais", atentando-se para a configuração social especial da capital no período.

Comparada à cidade de Londres no ano de 1914, elogiada por suas edificações e expansão em 1920, São Paulo em 1935 era igualada a Chicago.¹¹ Seu ritmo de construções (palacetes) era intenso, mas se conservavam aspectos dos bairros "populares" do Brás e Penha, enquanto que seus pântanos eram "rodeados de um rosário irregular de arrabaldes e de loteamentos".¹²

Ao longo da década de 20 e inícios da de 30, os bairros operários mantiveram muitas das suas características iniciais, a despeito da renovação urbana das áreas mais centrais e do crescimento acelerado (inícios dos anos 30). Os bairros operários e pobres apresentavam aspectos semelhantes: ruas inteiras de casas feitas em série, habitações pobres, habitações coletivas, pequenas oficinas, pequenas ou grandes fábricas, pequeno comércio, sistema deficiente de água e esgotos, etc.

Congregado nesses bairros, o operariado industrial e urbano enfrentava problemas e situações cotidianas semelhantes. Vida promíscua e perniciosa, no entender de alguns.¹³ Vida difícil, de qualquer maneira.

10. Esses ensaios e várias outras pesquisas, inquéritos, etc. elaborados ou publicados pela Subdivisão de Documentação Social do Departamento Municipal de Cultura contavam com professores da Escola Livre de Sociologia e Política, técnicos do Instituto de Higiene e técnicos do Instituto de Educação da USP.

11. Paul Adam, "O centro da cidade sugere certos aspectos de Londres (1914)"; Paul Walle, "Diz-se que São Paulo é uma cidade triste e sem distrações (1920)"; Claude Lévi-Strauss, "Cidade selvagem como o são todas as cidades americanas (1935)", in Ernani Silva Bruno, *Memória da Cidade de São Paulo*. Depoimentos de Moradores e Visitantes/1553-1958, Registros 4, Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, DPH, 1981, pp. 182-92.

12. Claude Lévi-Strauss, "Cidade selvagem...", *op. cit.*, pp. 190-2.

13. Por exemplo, *Anais do Primeiro Congresso da Habitação*. São Paulo, Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, 1931; e Francisco Figueira

Os salários pagos aos operários no período de 1927 a 1934 permaneceram relativamente estáveis, embora a variação no custo de vida não tenha sido pequena. Em 1927, o salário médio mensal de um operário não-especializado era de 200 mil-réis.¹⁴ Em 1933, o salário mensal dos operários da construção civil era estimado, por exemplo, em 200 mil-réis.¹⁵ Em 1934, os operários têxteis ainda recebiam salários em torno de 200 mil-réis mensais.¹⁶

Em 1934, meses de abril a junho, foi realizada uma pesquisa com 221 famílias operárias escolhidas ao acaso, em diferentes bairros operários de São Paulo (basicamente Ipiranga, Cambuci e Bela Vista).¹⁷ Estas famílias tinham uma renda mensal média de 320 mil-réis mensais. Note-se, no entanto, que se trata de renda familiar: cada família contava em média com mais de um assalariado. Como entre os operários consultados havia mensalistas e operários que trabalhavam por empreitada, e como o tempo de trabalho variava (nem todos trabalhavam as oito horas regulamentadas por lei), o estudo não aponta um salário médio mensal, mas o salário "modal" dos homens como sendo de 1 mil-réis por hora e, assim, de 8 mil-réis por dia (oito horas de trabalho). Se esse operário trabalhava vinte e cinco dias em um mês, recebia, em 1934, 200 mil-réis. O que acontecia nos anos anteriores, provavelmente, era que os operários trabalhavam um número de horas muito maior para obterem salários mensais em torno de 200 mil-réis. O salário *mais freqüente* entre os trabalhadores masculinos, no período, girava possivelmente em torno de 200 mil-réis.

Torna-se extremamente difícil precisar salários mensais, fixos, para o conjunto do operariado masculino da capital, dadas as diferenças salariais entre as diferentes categorias profissionais e considerando que nem todos os operários trabalhavam sob o regime de oito horas diárias, principalmente no final da década de 20.

Mello, "Habitações Collectivas em São Paulo", in *Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo*, vol. IX, 3.^a série, junho de 1926, n.º 4, pp. 291-5.

14. *A Plebe*, 12-3-1927 (Arquivo Edgar Leuenroth — AEL).

15. *A Plebe*, 16-12-1933 (AEL).

16. *A Plebe*, 27-1-1934 (AEL).

17. Horace Davis, "Padrão de Vida dos Operários na Cidade de São Paulo", in *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, Departamento de Cultura e Recreação, 1935, n.º 13, pp. 113-66 (AESP).

Em uma pesquisa realizada em 1935, já citada,¹⁸ gráficos e ferroviários não são, inclusive, considerados como operários, em função da faixa salarial e do preparo profissional médio exigido, juntamente com marmoristas, metalúrgicos e “tecelões” (no caso, provavelmente trabalhadores mais especializados, mestres, contra-mestres ou trabalhadores mais “autônomos”), sendo iguais a desenhistas, empregados de escritórios, cartório e comércio, escrivãos, “funcionários públicos”, caixas de bancos, tipógrafos, telegrafistas, etc. Mesmo se considerando exagerada e irreal a classificação desses operários em um grupo intermediário entre os pobres e ricos da cidade, há que se levar em conta que esse tipo de operário tinha, em geral, uma situação um pouco melhor que a grande maioria enquadrada como “operária” por essa fonte.¹⁹ Os operários têxteis, por exemplo, eram reconhecidos como notadamente mal pagos pela grande imprensa e pela imprensa operária da época.²⁰

Aparentemente, por volta de 1934, o regime mais “comum” de trabalho era o de oito horas diárias.²¹ As “exceções” ainda vigentes, no entanto, reafirmam as dificuldades conhecidas de sua implantação efetiva. As lutas da classe operária no período de 1927-1934 para a obtenção do cumprimento da legislação trabalhista mínima já estabelecida (lei das oito horas de trabalho diárias inclusive) ilustram bem a heterogeneidade do tempo de trabalho a que

18. “Ensaio de Um Método de Investigação do Nível Social de São Paulo”, *op. cit.*, pp. 189-206.

19. Para a situação dos ferroviários, ver o interessante trabalho de Liliana R. Petrilli Segnini, *Ferrovia e Ferroviários* (Uma Contribuição para a Análise do Poder Disciplinar na Empresa). São Paulo, Cortez Editora, 1982.

20. Por exemplo: *O Combate*, 15-2-1927, e *A Plebe*, 8-4-1933. Em 1933 os salários de operários da indústria têxtil variavam ainda de 350 réis a 700 réis por hora.

21. Em pesquisa já mencionada, entre 164 operários maiores e masculinos consultados, a maioria, 116, trabalhava entre oito e menos de nove horas por dia (70%, portanto). No entanto, 21 ainda trabalhavam durante nove e menos de dez horas (aproximadamente 12,5%) e 14 durante dez e menos de onze horas (9,6%). Havia um número insignificante que trabalhava de onze a doze horas por dia e um número pequeno que tinha um regime indeterminado de trabalho. Horace Davis, *op. cit.*, p. 128 (Tabela 2). Afirma-se ainda: “É claro que o dia de oito horas é o comum na classe operária. Pesquisas futuras servirão talvez para focalizar melhor os casos em que o número de horas era excepcionalmente numeroso e cuja existência é ainda considerável, abrangendo 1/4 de todos os adultos que deram informações” (pp. 128-9).

a classe operária estava sujeita, além de atestar a lentidão com que o regime estabelecido em lei foi incorporado na prática. Poder-se-ia multiplicar exemplos nesse sentido: greves de setores operários na cidade de São Paulo como a de 1929 (trabalhadores gráficos),²² as de 1932, que contaram com ampla solidariedade do operariado em geral... O jornal *L'Italia (La Difesa)*, sob o título “L'Agitazione degli operai tessili”, publicava uma grande reportagem (19-2-1932) sobre a movimentação dos operários têxteis em torno do cumprimento das oito horas diárias de trabalho na Ítalo-Brasileira, afirmando que quase todas as fábricas de tecidos na capital do estado exigiam de nove a dez horas de trabalho diário, com exceção daquele estabelecimento que, no entanto, estaria pensando em estender o horário de trabalho mantendo o mesmo salário. Toda a movimentação que se inicia em torno das oito horas de trabalho foi documentada pelo *L'Italia*.²³ A situação dos operários da indústria têxtil é significativa nesse sentido, uma vez que, segundo estatísticas industriais,²⁴ as indústrias têxtil (incluindo aí vestuário) e metalúrgica concentravam, de 1928 a 1934, o maior número de operários do Estado de São Paulo. Até 1930 mais ou menos, a indústria alimentícia concentrava um número significativo de operários, igualando-se depois desse ano a outros setores industriais (construção, químicos, mobiliário, gráficos, diversos).²⁵

Ainda em termos de salários, deve ser destacada a pior condição das mulheres operárias (contingente importante na indústria têxtil, o maior setor industrial na capital, no período).²⁶ Mesmo em 1934, para obter um salário de 200 mil-réis mensais mais ou

22. Um ensaio sobre a greve dos gráficos de 1929 em São Paulo foi enviado à Fapesp como anexo do relatório n.º 1, tendo ali sido amplamente discutidos problemas relativos às lutas do operariado de 1927 a 1930 pelo cumprimento de uma legislação trabalhista mínima. Maria A. Guzzo Decca, “A Greve dos Gráficos, São Paulo/1929”, 1976 (mimeo.).

23. *L'Italia (La Difesa)*, “Cotidiano Degli Uomini Liberi”: 19-2-1932; 23-2-1932; 10-3-1932 a 12-3-1932 (AEL).

24. *Estatística Industrial do Estado de São Paulo*, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1934, anos de 1928 a 1934 (AESp).

25. *Estatística Industrial do Estado de São Paulo*, *op. cit.*

26. Maria Alice R. Ribeiro, “Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930)”, dissertação de mestrado, Campinas, 1980; Esmeralda Blanco Moura, *Mulheres e Menores no Trabalho Industrial. Os Fatores Sexo e Idade na Dinâmica do Capital*. Petrópolis, Vozes, 1982.

menos (o mais "comum" entre os trabalhadores masculinos), a mulher operária tinha que trabalhar mais de oito horas diárias: o salário mais freqüente entre as mulheres consultadas em pesquisa realizada neste ano era de 600 a 700 réis a hora, variando de 4 a 5 mil-réis por dia, tendo sido bem mais baixo nos anos anteriores, conforme afirma a imprensa operária do período em geral. Para obter um total de mil-réis diários em 1934, as operárias tinham que trabalhar mais que as oito horas regulamentares.²⁷ Na mesma pesquisa realizada com famílias operárias no Ipiranga, Cambuci e Bela Vista, entre 44 operárias, maiores, o regime de oito horas de trabalho prevalecia (aproximadamente 64% tinham esse tempo de trabalho) e entre 87 menores do sexo masculino e feminino consultados, cerca de 73% trabalhavam as oito horas previstas pela legislação trabalhista.²⁸

Menores de ambos os sexos ganhavam a mesma coisa, ou seja, de 300 a 600 réis por hora, mas essa era uma situação transitória:

"Mesmo considerando a exigüidade do material parece, no entanto, justificado concluir que as mulheres alcançam seu salário máximo, numa idade inferior à dos homens, ou por outras palavras, que os homens continuam a aumentar a sua capacidade de ganhar ainda algum tempo depois que as mulheres atingem o máximo".²⁹

A situação da mulher operária e do menor de ambos os sexos era nitidamente pior que a do operário do sexo masculino em termos salariais e de condições de trabalho (regime de trabalho, etc.).

Nas famílias operárias do período, todos os membros trabalhavam. As crianças menores de doze anos, impedidas por lei nos fins da década de 10 e inícios da de 20 (Código Sanitário) de exercerem trabalho remunerado em qualquer tipo de estabelecimento, ocupavam-se em geral de biscates, pequenos serviços que complementavam os ganhos das famílias. No decorrer da década de 20, no entanto, inúmeros estabelecimentos industriais onde não existia assistência médica organizada burlavam a legislação existente, o

que permite supor que, sempre que possível, mesmo menores de doze anos trabalhavam regularmente.

"É comum nas famílias proletárias o fato dos pais enviarem as crianças para a oficina logo que atingem a idade regulamentar, para, com o auxílio trazido pelos filhos, se tornar menos pesado o custeio da vida doméstica. Nos estabelecimentos industriais onde existe assistência médica organizada, são mesmo diariamente recusadas numerosas crianças, que, com menos de 12 anos, se apresentam para trabalhar.

Em geral, pois, no meio operário, só permanecem em casa durante as horas de trabalho ou as crianças que ainda não tenham completado a idade exigida e que não estejam cursando a escola, ou os velhos avós já impossibilitados pela idade de prover ao seu sustento."³⁰

De qualquer forma, nas famílias operárias do período, sempre que possível, meninos e meninas, por volta dos treze, catorze anos, começavam a trabalhar fora de casa, contribuindo decisivamente para o orçamento familiar.³¹ Segundo alguns, mesmo nas "classes médias" o trabalho dos garotos não podia ser dispensado, estes muitas vezes ajudando suas mães no pagamento do aluguel da casa.³²

Também em relação ao operariado feminino e menor é quase que impossível estabelecer médias salariais mensais.

1.1. OS SALÁRIOS OPERÁRIOS E SEU POBRE PODER DE COMPRA

A configuração de médias salariais "exatas" para o conjunto da classe operária na capital do Estado de São Paulo, mesmo para um período curto de tempo (oito anos), tarefa extremamente difícil e exaustiva, conforme se pôde demonstrar, seria inclusive destituída de significado sem uma avaliação do poder aquisitivo desses salários. Os salários operários, de maneira geral, entre 1927-1934,

27. Horace Davis, *op. cit.*, pp. 113-66.

28. *Idem*, p. 128 (Tabela 2).

29. Horace Davis, *op. cit.*, p. 128.

30. Jayme Cardoso Americano, *Da Proteção ao Lactante em Nosso Meio Operário*. São Paulo, Tipografia Martini, 1924, p. 13.

31. Horace Davis, *op. cit.*, pp. 113-66.

32. *O Combate*, 18-1-1927 (AESP).

tinham um pobre poder de compra. Mesmo para cobrir as necessidades mínimas, habitação, alimentação, vestuário, os salários operários eram considerados insuficientes:

"É verdade, vivemos mesmo na mais negra miséria..."³³

"Com ordenados mesquinhos e ridículos que nem chegam para a alimentação, agüenta o operário os mais duros trabalhos físicos. Nunca pode comprar um terno completo. Comprando um paletó, a calça não presta; comprando um chapéu, os sapatos já não servem mais. Quantos operários andam sem roupa de baixo, sem meias e sem sapatos. A maioria anda de chinelos. É o cúmulo!"³⁴

"Somos nós que temos que reduzir ainda a magra ração de nossas parcas refeições, vendo os nossos filhos, as nossas companheiras, os nossos pais definhando de dia para dia por falta de alimentação suficiente e por termos de nos abrigar em míseros tugúrios, onde falta o conforto, o ar, a luz e a higiene, vivendo numa promiscuidade desumana."³⁵

"Salário diminuto, o dia do obreiro excessivamente alongado, os seus músculos gastando-se como as rodas do maquinismo, e, além desse martírio perene, a pobreza doméstica, a mulher obrigada a ganhar o pão cotidiano, os filhos sem roupa nem tempo para freqüentar as escolas, a doença estorcendo-se nos leitos do hospital, a velhice estendendo as mãos à usura das ruas — eis a lúgubre situação do operário moderno..."³⁶

"O pobre mora nos cortiços do Brás, Moóca, da Lapa, do Bom Retiro, em Vila Guilherme ou Vila Maria, que são atingidos pelas enchentes do Tietê todos os anos. Os bairros pobres são 'calçados' de poeira ou 'asfaltados' de lama quando chove", concluía *O Internacional*, depois de discorrer sobre os parcos salários e as duras condições de trabalho do operariado têxtil, metalúrgico, da construção civil, dos alfaiates. O trabalhador era igualado ao pobre em geral, enquanto que o desempregado era definido como miserável.³⁷

A maioria dos trabalhadores industriais e urbanos na cidade de São Paulo morava mal, alimentava-se deficientemente e se vestia precariamente até meados da década de 30. Mesmo os operários

mais qualificados e especializados enfrentavam duras condições de vida.

As condições de habitação da classe operária em São Paulo no período de 1927 a 1934 são descritas, pelas diferentes fontes disponíveis, como bastante precárias e insuficientes de todos os pontos de vista. Não eram líderes operários ou representantes da própria classe que assim se expressavam a respeito da moradia na cidade de São Paulo:

"... atentando-se a que em São Paulo habitam em casinhas anti-higiênicas, sem ar, sem luz, sem conforto, numerosa população operária..."³⁸

"Um dos aspectos mais dolorosos da questão proletária é sem dúvida o do alojamento precário, insalubre e quase sempre nojento que tem a maioria dos que formam as classes pobres. A falta de solução deste problema é um dos fatores principais da irritação e do desespero em que vive o proletariado. Neste ambiente cresce a inveja contra a sociedade que acha causadora de seu infortúnio e miséria."³⁹

"Além das oito horas, da proteção aos menores, da lei de férias e do acidente de trabalho, quase nada se tem feito para amparar e melhorar a sorte das classes obreiras..."

Um dos aspectos mais injustos da questão, sem falar na falta de hospitalização, creches, ambulatórios, escolas, parques, etc... é o descaso do Poder Público e da iniciativa privada para o problema da habitação operária.

A classe média, entre nós, possui companhias imobiliárias como a Iniciadora Predial, o Lar Brasileiro...; entretanto, a classe pobre dos operários ainda não encontrou em São Paulo — o centro mais próspero do país — quem lhe proporcionasse a propriedade de casas econômicas."⁴⁰

Os responsáveis pelas palavras acima — técnicos-engenheiros reunidos em 1931 em São Paulo em um Primeiro Congresso da Habitação, realizado sob o patrocínio do Instituto de Engenharia de São Paulo; o secretário da Viação; e o prefeito da cidade — ten-

33. *O Trabalhador Gráfico*, 5-12-1928 (AEL).

34. *Idem*.

35. *A Plebe*, 14-5-1927 (AEL).

36. *O Combate*, 18-1-1927 (AESP).

37. *O Internacional*, 18-4-1927 (AEL).

38. *Anais do Primeiro Congresso da Habitação em São Paulo*. São Paulo, Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, 1931, p. 347.

39. *Idem*, pp. 142-3.

40. *Idem*, pp. 51-4.

tavam alertar os administradores da cidade, governantes e classes "produtoras" para a grave situação da habitação operária em São Paulo (praticamente todas as comunicações dos congressistas versavam sobre problemas da habitação da classe operária em São Paulo ou em outros grandes centros urbanos, por exemplo, o Rio de Janeiro). Usando comumente expressões como "espeluncas", "cortiços sórdidos", "casebres insalubres" para referir-se às casas dos operários, os engenheiros congressistas propunham soluções técnicas para o problema. Tanto do ponto de vista técnico-econômico como do ponto de vista "humano" ("boas residências" para o operariado), as soluções consideradas ideais por esses congressistas podem fornecer uma idéia do que seriam as condições precárias de habitação: casas de 28 a 48 m² no máximo, compostas de três cômodos (apartamento, cozinha e quarto de banho), com aluguéis a partir de 40 mil-réis a 50 mil-réis, sendo que os aluguéis previstos cresciam até 125 mil-réis quando mais um cômodo era planejado. Algumas vezes, eram sugeridas casas sem paredes internas e com espaço mais exiguo, sempre, no entanto, ressaltando-se o fato de que teriam luz e ventilação suficientes, o que deveria ser raro nas moradias dos operários. Aos operários que não pudessem dispor de uma determinada quantia (por volta de 50 a 60 mil-réis em 1931) para alugar aconselhava-se morar com parentes ou em habitações coletivas "a serem estudadas".

Os gastos com habitação consumiam parte significativa dos salários operários. Pesquisas realizadas com famílias operárias em 1932, 1933 e 1934 indicavam que a maioria pagava cerca de 90 mil-réis mensais de aluguel, aproximadamente 25% da renda média mensal computada entre as mesmas, sendo que o cômodo custava em média, por mês, 31 mil e 600 réis.⁴¹ A pesquisa realizada entre 1932-1933 no bairro "operário" de Pinheiros (Cerqueira César), onde a população não era considerada como das mais destituídas de recursos ("renda" mensal média por família de cinco pessoas, em cerca de trezentas famílias, 500 mil-réis⁴²), apresentava resultados bastante semelhantes ao das famílias pesquisadas no Ipiranga,

41. Horace Davis, *op. cit.*, p. 129 e p. 136 (Tabela 5); Paula Souza, Ulhoa Cintra e Carvalho, "Inquérito sobre Alimentação Popular em Um Bairro de São Paulo", in *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, Departamento de Cultura e Recreação, 1935. n.º 17. pp. 129-30.

42. *Idem*, pp. 122-30.

Cambuci e Bela Vista no que tangia à habitação e alimentação,⁴³ mesmo sendo estas últimas mais pobres ("renda" média mensal mais baixa; as famílias que conseguiam perfazer a "renda" de 500 mil-réis mensais tinham bem mais de cinco membros).⁴⁴

É interessante ressaltar que as famílias investigadas, em ambos os estudos, viviam basicamente de salários, incluindo trabalhadores industriais e urbanos. Não havia entre as famílias do Ipiranga, Cambuci e Bela Vista avicultores e chacareiros, mesmo que tivessem assalariados na família. Na sua maioria não tinham horta ou criação e quando possuíam, o uso que delas faziam era restrito à subsistência, não procurando ganhar a vida com isso.⁴⁵ Totalmente "urbanizadas", portanto, e vendendo sua força de trabalho no mercado. De acordo com o próprio estudo, ainda que houvesse sido incluída uma ou outra costureira ou vendedor de rua, este fato carecia de destaque, uma vez que o "padrão de vida" dos trabalhadores assalariados urbanos em geral, notadamente do setor "serviços", era bastante semelhante ao do operariado industrial. Pesquisa realizada mais tarde, entre 1936-1937, com operários da limpeza pública do município de São Paulo,⁴⁶ afirmava que as condições de trabalho e o "serviço" eram piores que as do trabalhador industrial e não os salários.⁴⁷ Embora suas conclusões sejam contraditórias nesse sentido, as despesas com habitação e alimentação eram semelhantes às das famílias operárias observadas em 1932, 1933 e 1934. Até o início da década de 30 era muito tênue a linha divisória entre um operariado industrial relativamente bem remunerado e o proletariado urbano da cidade. Os operários da limpeza pública, inclusive, também trabalhavam em fábricas:

"Deve-se notar que mais de 1/3 desses trabalhadores são empregados de fábricas. Portanto, estas famílias refletem, até certo ponto, as condições de vida de ao menos alguns trabalhadores industriais".⁴⁸

43. *Idem*, pp. 121-56.

44. Horace Davis, *op. cit.*, p. 131 (Tabela 3).

45. Horace Davis, *op. cit.*, p. 129.

46. Samuel H. Lowrie, "Pesquisa de Padrão de Vida das Famílias dos Operários da Limpeza Pública da Municipalidade de São Paulo", in *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, Departamento de Cultura, 1938, n.º 51, pp. 183-304.

47. *Idem*, pp. 194-5.

48. *Idem*, p. 239.

Parece ser apenas no fim da década de 30 e início da de 40, com a expansão e diversificação crescente da atividade industrial, que se percebe na cidade de São Paulo um operariado industrial diferenciado do operariado urbano em geral, melhor situado socialmente.

Como viviam essas famílias operárias?

Geralmente pagavam aluguel, morando em casas individuais de três ou quatro cômodos e não possuíam casa própria. As poucas famílias que tinham casa própria também viviam em casas individuais de três ou quatro cômodos. Este era considerado o melhor tipo de moradia operária. No entanto, muitas famílias viviam em habitações coletivas: em vilas, cortiços e porões.

"As habitações coletivas dividem-se em três grupos principais: 1.º — o porão, 2.º — a vila, que pode ser definida como um conjunto de várias habitações contíguas, que dão para um mesmo beco; 3.º — o cortiço, assim denominado para indicar que as famílias vivem em uma habitação ou moradia coletiva, muitas vezes de mais de um andar. As habitações individuais e as vilas têm em geral cozinha e instalações sanitárias independentes, ao passo que tanto o cortiço ou o porão possuem instalações higiênicas em comum e, quando tem cozinha, é também em comum."⁴⁹

Considerados como tipo de habitação bem mais precário, o cortiço e o porão foram assim descritos em meados da década de 20:

"Chamou-nos a atenção o tipo clássico de cortiços que se nos deparou freqüentemente: um agrupamento de quartos dando para uma área estreita, em comum, cheia de vasos, com roupas estendidas ao sol, que, aliás, aí regateia os seus raios que raramente aí penetram. Ao lado de cada porta, há o clássico fogareiro de lata de querosene."⁵⁰

"Há também os cortiços gênero-porão.

Encontramos muitos deles, na maioria cimentados, outros atijolados e outros ainda têm simplesmente o piso de terra batida.

A entrada de muitos deles é feita por um respiradouro, sendo necessária uma ginástica forçada para neles penetrar, ou como melhor o possa. É claro que não foram feitos para serem habi-

tados, pois neles há tudo que se contrapõe à higiene, mas, à falta de habitação e ganância dos proprietários, faz destas covas — moradas."⁵¹

Os telheiros de zinco ainda existiam na cidade e eram considerados como o pior tipo de habitação coletiva, ao lado dos porões e cortiços.

O aluguel do cortiço era menor do que o do porão, não porque este fosse melhor, mas porque oferecia, em média, maior número de cômodos.

A média de moradores por cômodo era de três indivíduos (2,7 "habitação-pessoas"), o que indicaria péssimas condições de "superpopulação".⁵² As condições de habitação variavam, evidentemente, em função dos diferentes tipos de moradia. Enquanto a casa individual apresentava uma média de 3,53 cômodos e uma média de "habitação-pessoa" por cômodo de 1,5, o cortiço e o porão apresentavam índices respectivos de 1,85 e 2,22 de número de cômodos e média de 2,0 e 2,25 "habitação-pessoa".⁵³

Um estudo feito no distrito de Santa Ifigênia pelo Serviço Sanitário do Estado de São Paulo em 1925-1926 também apresentava uma média de duas-três pessoas por cômodo, para 706 cômodos dos cortiços observados, assemelhando-se em seus resultados aos do de 1934, especificados acima.

Das 221 famílias operárias pesquisadas em 1934, 120 possuíam cozinhas individuais, 64 dividiam a cozinha com pelo menos mais uma família e as restantes possuíam como cozinha apenas uma lata de querosene fora da porta. A média de moradores por habitação era de 5,42.

Os resultados da pesquisa realizada pelo Instituto de Higiene de São Paulo, entre famílias de "renda" média um pouco superior (500 mil-réis mensais) em 1932-1933, no bairro operário de Pinheiros, foram bastante parecidos aos de 1934 quanto à habitação:

"Para terminar essas considerações diremos mais que: a maior parte das famílias estudadas vive em casa de aluguel, isto é, 76% do total, sendo que as restantes têm casa própria ou cedida eventualmente; das casas, umas 40% possuem apenas um

49. Horace Davis, *op. cit.*, p. 155.

50. Francisco Figueira Mello, *op. cit.*, p. 292.

51. Francisco Figueira Mello, *op. cit.*, p. 293.

52. Horace Davis, *op. cit.*, pp. 158-9 (Tabelas 13 e 14).

53. *Idem*, p. 157 (Tabela 12).

dormitório, e outras, 40%, não têm mais de dois dormitórios, sendo o número médio de moradores por casa de 5,2; em 22% das casas não há banheiro, nem mesmo chuveiro...⁵⁴

Embora se afirme que as casas operárias em São Paulo fossem melhores que os cortiços de Nova York na época em função do clima e casas baixas, que permitiam aos paulistas "formigar nas travessas e becos, fruindo ao menos dessa largueza",⁵⁵ descreve-se a situação habitacional de São Paulo em 1934 como semelhante à dos países europeus logo após a Primeira Guerra Mundial e apressa-se em reafirmar que:

"Sem dúvida estas observações não têm o fito de justificar a superpopulação em São Paulo ou em qualquer outra região. Tanto a saúde como a educação moral requerem muito mais espaço que o usado pelas famílias típicas da classe proletária de São Paulo".⁵⁶

Nem seria preciso afirmar a relação positiva existente entre o salário do trabalhador e o tipo de habitação. No entanto, quando aumentava o número de membros na família operária, a pressão por mais alimento e vestuário era maior do que por uma melhor habitação, que passava a receber, assim, uma parte menor do orçamento doméstico do operário, o que resultava em um decréscimo ainda maior no seu "padrão" de habitação.

Talvez a afirmação que forneça uma idéia mais perfeita da habitação do operariado em São Paulo seja aquela com a qual os pesquisadores do estudo "Padrão de Vida dos Operários da Cidade de São Paulo" iníciam o tópico "Habitação".

"Em nenhuma parte sentimos mais a falta de fotografias ou de dados estatísticos que ao discutir as condições de habitação. Ao imaginar os nossos termos 'casa' e 'habitação' não deve o leitor trazer à mente as residências espaçosas de Higienópolis ou Vila Mariana, mas as construções de teto baixo, pequenas e modestas, muitas vezes longe das vistas da rua, no meio de extensos quarteirões que abrigam a classe proletária de São Paulo."⁵⁷

54. Paula Souza, Ulhoa Cintra e Carvalho, *op. cit.*, p. 130.

55. Horace Davis, *op. cit.*, p. 156.

56. *Idem.*

57. *Idem.*, p. 155.

Pesquisas realizadas na época, junto a anais, à grande imprensa, e à imprensa operária são unâimes em afirmar que os alugueis pagos pelo operariado eram elevados tanto em relação a seus salários quanto em relação ao padrão habitacional que obtinham. A grita dos inquilinos contra o elevado preço dos alugueis era geral. O aumento crescente do valor fundiário, com o desenvolvimento industrial e a expansão urbana, empurrava os alugueis para cima e reduzia as possibilidades de uma "melhor habitação operária".

Se a proporção dos salários gasta pela classe operária em São Paulo com habitação correspondia a 25%, os gastos com a alimentação correspondiam a 50% ou mais do total ganho mensalmente. Esta porcentagem era bastante elevada e comparável à da Europa, no início do século XX (1904, mais ou menos). As famílias operárias de Cerqueira César (Pinheiros) dispendiam, em 1932/1933, quase que metade do que ganhavam mensalmente (48,4% e 48,2%). As famílias operárias mais pobres (ganhos médios mensais inferiores, consultadas nos bairros do Ipiranga e Bela Vista em 1934) gastavam, em média, 51% do que recebiam por mês em sua alimentação. As famílias dos operários da limpeza pública da cidade gastavam 53% com sua alimentação.

A proporção gasta com alimentação tendia a ser maior, evidentemente, em famílias operárias mais pobres, de "renda média mensal" mais baixa. Entre as famílias operárias com maior número de membros (seis, em média) os ganhos tendiam a crescer e as despesas com alimentos tendiam a baixar. As grandes famílias operárias tendiam a gastar menos que as pequenas por "adulto-equivalente" com alimentação. No entanto, aparentemente, as famílias grandes eram pior nutridas, não havendo uma indicação nítida de que a compra para um maior número de pessoas fosse significativamente mais barata ou econômica. O que importava, em termos de economia sensível com alimentação, era o lugar onde as compras eram efetuadas. O local das compras era escolhido em função da forma de pagamento (à vista, a prazo, etc.). As feiras livres, onde os preços dos alimentos eram mais acessíveis, exigiam o pagamento à vista, enquanto que as "vendas", embora com preços mais elevados, permitiam o pagamento a prazo. Famílias operárias em melhores condições econômico-financeiras podiam obter alimentação mais barata, efetuando o pagamento à vista nas feiras semanais, enquanto que as famílias operárias "mais pobres" tinham sua situação agra-

vada em função dos preços mais altos das vendas, que forneciam, contudo, o crédito necessário. Entre as famílias operárias de igual número de membros "equivalentes", mas de rendimentos diferentes, a diferença qualitativa na alimentação era expressiva, além da própria porcentagem gasta com a mesma.

Tanto o estudo levado a cabo pelo Instituto de Higiene quanto o executado pela Escola de Sociologia e Política em 1932, 1933 e 1934, respectivamente, são unânimes em afirmar que o mínimo calórico indispensável à sobrevivência era obtido pelas famílias operárias, "às vezes sob regimes que os especialistas taxariam de perigosamente baixos ou mesmo totalmente insuficientes". A deficiência alimentar qualitativa entre os operários consultados era enfatizada em ambos os estudos:

"Continua-se a afirmar, entretanto, freqüentemente, que ao contrário do que se verifica lá fora, no Brasil não há realmente fome, e, com pouco dinheiro se vive, a generosidade proverbial do nosso povo suprimindo a escassez alimentar dos menos favorecidos. Antes de provas positivas a respeito, reservamo-nos o direito de pôr em dúvida tal conceito, principalmente no concernente à fome qualitativa, ou seja, de determinados alimentos".⁵⁸

Com essa afirmação, o estudo do Instituto de Higiene iniciava seu debate sobre a alimentação popular em um bairro de São Paulo (Pinheiros), sublinhando o fato de que as famílias ali residentes não se encontravam entre as mais destituídas de recursos. À guisa de conclusão o mesmo estudo afirmava:

"Deixamos estabelecido, pela exposição estatística das páginas anteriores, que o regime alimentar mediano da população do bairro de Cerqueira César apresenta certas falhas de importância capital; essas falhas consistem na deficiência de proteína animal, consequência do custo elevado da carne, e deficiência do cálcio, consequência do preço elevado do leite e também da pouca tendência natural para usá-lo. Fica assim o regime alimentar enriquecido, relativamente, com hidratos de carbono, compensando caloricamente o déficit de proteínas".⁵⁹

"O nosso estudo forneceu vários exemplos frisantes. Isso vem demonstrar que as rendas baixas obrigam as famílias operá-

rias a escolher alimentos considerados por elas maus, mas que se tornam os únicos possíveis de fornecer-lhes as energias necessárias."⁶⁰

O consumo de farinha de trigo, pão, arroz, macarrão e massas prevalecia fortemente sobre o consumo de carne, ovos, legumes e leite. Uma relação direta pôde ser estabelecida entre rendimentos mensais e tipo e quantidade de alimentação consumida. As famílias operárias mais pobres consumiam mais pão e massas do que carne, leite, etc. Com um acréscimo de "renda" aumentava-se o consumo de leite e carne ligeiramente, enquanto decresciam as despesas com açúcar e massas. Portanto, os grupos operários que ganhavam menos consumiam bem mais pão e cereais que os grupos que ganhavam mais. O consumo de pão e cereais era considerado excessivo à luz das teorias sobre nutrição vigentes na época.

Casais sem filhos (famílias pequenas) tendiam a consumir mais leite e alimentação protéica, enquanto que famílias maiores tinham seu consumo desses alimentos diminuído (pressão econômica sobre as famílias numerosas). No entanto, não parece que o fator "tamanho familiar" seja determinante em relação ao tipo de alimentação, mas sim a própria condição operária, uma vez que as variações não são tão intensas e a alimentação basicamente semelhante.

Um número significativo de famílias operárias (27% numa amostra de 75 famílias) vivia com menos de 2.600 calorias diárias por adulto equivalente, índice considerado insuficiente na época em termos energéticos e nutricionais, embora a maioria tentasse assegurar o mínimo indispensável, como já foi indicado.

Enquanto que o gasto individual alimentar diário de uma família da classe média (profissão = professor) em São Paulo, no mesmo período, era de 2 mil e 822 réis⁶¹ e o preço de uma "refeição completa" em qualquer restaurante popular da cidade de São Paulo era, em 1934, de 1 mil e 500 réis, uma família operária (rendimento aritmético médio de 385 mil-réis mensais) gastava por dia em alimentação cerca de 1 mil e 500 réis.⁶²

58. Paula Souza, Ulhoa Cintra e Carvalho, *op. cit.*, p. 122.

59. *Idem*, p. 153.

60. Horace Davis, *op. cit.*, pp. 142-3.

61. Almeida A. Júnior, "O Nosso Diário Alimentar (Pesquisa sobre Alimentação da Classe Média em São Paulo)", in *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Departamento de Cultura e Recreação, 1935, n.º 18, pp. 177-8.

62. Horace Davis, *op. cit.*, p. 146.

A extrema precariedade qualitativa da alimentação operária e a alta proporção dos orçamentos operários destinados à alimentação evidenciavam não só a precariedade do salário operário como também os preços relativamente elevados de certos alimentos (leite, carne, queijo). Segundo o Instituto de Higiene, os preços da carne e do leite eram muito altos e o aumento de seu consumo pelo operariado era impossível, não sendo, pois, de estranhar que os conselhos dos cartazes de propaganda distribuídos pelas direções dos departamentos de saúde pública fossem sistematicamente ignorados pela classe operária na capital do estado.⁶³

Os pesquisadores das condições de vida da classe operária às vezes chegavam a ironizar o "conteúdo do cesto de compras" das famílias operárias:

"Um comentário que pode ser feito em relação ao quadro é que a rainha Maria Antonieta dificilmente seria degolada pelo crime de fazer os trabalhadores brasileiros comerem bolos, pois eles não poderiam perceber a brincadeira, ignorando como ignoram o sabor do bolo: nunca provaram. Mesmo a goiabada, que algumas vezes se diz ser a sobremesa nacional do Brasil, foi usada somente por 21 das 75 famílias e ainda assim com parcimônia".⁶⁴

Enquanto a alimentação absorvia a parte mais significativa do orçamento mensal operário e a habitação absorvia uma proporção significativa do mesmo, o vestuário correspondia à uma porcentagem que variava de 15 a 16%, aproximadamente:

Apesar do vestuário ser o terceiro item na despesa operária, o guarda-roupa usado pelas famílias operárias era constituído por um mínimo de peças necessárias. Tanto os homens quanto as mulheres operárias tinham apenas as peças indispensáveis para o trabalho, poucas peças "caseiras" e de "passeio". Alguns não teriam, inclusive, nem roupas de baixo, casacos, pares de meias, sapatos ou chinelos.

O vestuário das crianças também era caracterizado como precário. Meninos e meninas de famílias operárias não tinham

63. Paula Souza, Ulhoa Cintra e Carvalho, *op. cit.*, pp. 154-6; Samuel H. Lowrie, *op. cit.*, p. 302; Subdivisão de Documentação Social e Estatística, "A Vida Cara em São Paulo", in *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Departamento de Cultura, 1938, n.º 45.

64. Horace Davis, *op. cit.*, p. 153.

muitas das roupas consideradas normalmente necessárias. Chegava-se a afirmar em 1934, por exemplo, que a falta de roupas de baixo e roupas em geral era tão grande entre as crianças filhas de operários, que era difícil acreditar no depoimento operário ou no que os olhos viam, embora não existissem motivos concretos para dúvidas.⁶⁵

Sobrava pouco do orçamento operário depois de atendidas as despesas com a habitação, alimentação e vestuário. Uma porcentagem pequena era destinada às compras a prestação, mensalidades a associações beneficentes e de outra natureza, diversões, escola, etc. Compras a prestação, aparentemente bastante usadas pela classe operária em São Paulo no período, eram, no entanto, de objetos de primeira necessidade, não ultrapassando, provavelmente, a porcentagem de 10% de suas despesas mensais.

Possivelmente a maior parte da classe operária conseguia sobreviver precariamente com os salários que recebia nos fins da década de 20 e início da de 30, tentando contrabalançar seus ganhos e suas despesas. A "reprodução da força de trabalho" estava, no entanto, muito mais garantida pelo mercado de trabalho que pelos salários. Havia disponibilidade de "trabalho" na capital do estado. As famílias operárias que conseguiam realizar pequenas economias, ao que tudo indica, gozavam de melhor situação no mercado de trabalho (empregadas, maior qualificação e especialização, etc.).

O desemprego depois de 1929, embora não em taxas elevadas, segundo fontes diversas, era um componente da vida operária até 1933/1934. Sem exagerar o nível de desemprego, não há que considerá-lo, por outro lado, "repentino", "não esperado", ou como situação "anormal ou de crise". Comentava-se em geral no período que a falta de trabalho seria responsável pela miséria observada, mas, contraditoriamente, afirmava-se que os negócios em São Paulo, embora não exagerados, eram bastante ativos. O operariado protestava:

"E em São Paulo? Por mais que os demagogos da 2.ª República e o Ministério do Trabalho, com falsas estatísticas, pretendam demonstrar o contrário, a realidade é que diariamente o

65. Horace Davis, *op. cit.*, pp. 161-4 (Tabelas 15 e 16); Paula Souza, Ulhoa Cintra e Carvalho, *op. cit.*, p. 130; Samuel H. Lowrie, *op. cit.*, pp. 183-304.

número dos que são forçados à inatividade aumenta assombrosamente. Classes há como a da construção civil, que em São Paulo dá a pavorosa porcentagem de uns 70% de desocupados (...). Presentemente os que têm a felicidade de trabalhar são obrigados, para manter o equilíbrio das entradas com as saídas, a viver tão mesquinamente, que na maioria dos casos, nem de feijão e arroz se chega a ter o suficiente para satisfazer as exigências do estômago".⁶⁶

O Trabalhador Vidreiro, órgão do sindicato dos trabalhadores em fábricas de vidros, comentava em 1931 que se vivia um período de transição da "era do artesão para a do maquinismo", argumentando que a indústria do vidro estava em franco desenvolvimento, "mentindo os industriais quando se desculpa, alegando a crise mundial" para deprimir ainda mais os salários. ... Propunham, então, a redução da jornada de trabalho para seis horas, para reduzir o desemprego crescente entre os vidreiros.⁶⁷

Para garantir a sobrevivência, as famílias operárias "deficitárias" cortavam ainda mais suas despesas, emprestavam ou recebiam auxílios de seus amigos e parentes, acumulavam dívidas, sendo que grande número deixava de pagar o aluguel ou o pagava parcialmente. Em situação de desemprego, as condições de vida da classe operária tornavam-se ainda mais precárias.

O período analisado corresponde a um período de dura exploração dos trabalhadores.

Em relação aos aspectos da vida operária já comentados, não se pode estabelecer matizes em função das origens étnicas diversas do operariado no período. Quer no tocante aos "rendimentos" ou à alimentação, padrão de moradia ou vestuário, o fator nacionalidade ou origem não pareceu importante ou responsável por algumas variações e diferenças. Fatores como alfabetização ou nível de instrução, ligados de alguma forma à qualificação profissional, especialização e melhor nível salarial, ou fatores como o próprio mercado de trabalho e a conjuntura pós-30, mostraram-se muito mais importantes na avaliação das diferenças encontradas, que não devem ser muito enfatizadas. A classe operária na cidade de São Paulo, de maneira geral, era pobre.

66. *O Trabalhador*, 23-7-1933, ano II, n.º 6 e 7 (AEL).

67. *O Trabalhador Vidreiro*, 14-11-1931, p. 3 (AEL).

1.2. A SAÚDE E A HIGIENE DO OPERARIADO CONTINUAM PRECÁRIAS

As condições de higiene e saúde da classe operária em São Paulo continuaram precárias e insuficientes ao longo da década de 20 e início da de 30, como haviam sido desde o final do século XIX, quando a cidade começou a se expandir e o comércio e a atividade industrial a crescer.

Embora epidemias como a de 1918 se tornassem mais raras, o "estado sanitário da capital" era considerado bastante ruim de maneira geral. Eram altos os índices de febre tifóide, desintéria, sarampo, lepra, meningite-cérebro-espinhal, tuberculose.⁶⁸ Mais que os outros na capital, os bairros operários e pobres sofriam com a falta de saneamento. Nos bairros onde havia pobreza, sem fiscalização, sem rede de esgotos, sem água encanada, onde os poços eram construídos muito próximos das fossas, a contaminação era maior, a mortalidade infantil mais alta. Mesmo até 1933-1934 o Brás e o Alto da Moóca, Belenzinho, Ipiranga, bairros mais antigos e populosos, não haviam recebido infra-estrutura urbana condizente com seu crescimento, sendo sua situação parecida com a de inúmeros bairros operários e pobres de formação mais recente, construídos rapidamente.⁶⁹ Os poderes públicos municipais tinham suas prioridades no estabelecimento das melhorias urbanas.

Com salários insuficientes para habitação saudável e boa alimentação, o operariado estava obviamente mais sujeito às doenças de "fundo eminentemente social" como a tuberculose, por exemplo. Além disso, as condições de trabalho, de forma geral, permaneceram quase inalteradas até meados da década de 30, a despeito da legislação existente, inúmeras vezes burlada e em alguns casos sistematicamente desrespeitada, com a convivência, omissão ou insuficiência dos serviços públicos.

Os higienistas e médicos ao longo da década de 20 e início da de 30 continuavam a se preocupar com a questão da saúde pública, em especial a dos meios operários, com objetivos notada-

68. "O Estado Sanitário da Cidade de São Paulo", in *Anais Paulistas de Medicina e Cirurgia*, São Paulo, 1928, ano XI, n.º 9, pp. 96-100. (Biblioteca do Instituto de Higiene — IH.)

69. Rubens Tavares, "Condições Sanitárias de Uma Habitação Situada em Distrito Ainda não Provido de Água Canalizada e Rede de Esgoto", in *Gazeta Clínica*, São Paulo, 1933, ano XXXI, n.º 1, pp. 7-9 (IH).

mente eugênicos e, diferentemente do operariado, na maior parte das vezes encararam o problema de um ângulo técnico. Suas preocupações tinham uma base real: as estatísticas do Serviço Sanitário confirmavam a pior situação dos distritos pobres e operários no tocante à mortalidade infantil, doenças infecto-contagiosas, etc.⁷⁰

Ao que tudo indica, até 1934-1935 o operariado melhor situado economicamente se beneficiava das sociedades de auxílio mútuo, associações beneficentes para obter assistência médica, sendo a Santa Casa ainda o hospital mais procurado pela população pobre em geral.⁷¹

O Serviço Sanitário do Estado de São Paulo tinha poucas dependências para auxílio médico ou assistencial efetivo. Fora de situações de emergência, sua atuação continuava a ser muito mais de estatística, de regulamentação, inspeção, fiscalização de trabalho e moradia do operariado.

Os primeiros centros de saúde apareceram na capital com a criação do Instituto de Higiene em 1925 e se resumiam a apenas três, até inícios da década de 30: o Centro de Saúde Modelo, anexo ao Instituto de Higiene, que servia como centro de aprendizagem ao pessoal da Saúde Pública (primeiro centro de saúde do país), o do Brás e o do Bom Retiro.

Em função da grande disponibilidade de trabalhadores, poucos empresários se dispuseram, até meados de 30, a propiciar sistematicamente auxílio médico ou assistencial de relevo. Até o final da década de 20, a Fábrica Maria Zélia, mais tarde Cotonifício Scarpa, era mencionada freqüentemente como iniciativa-modelo, mas isolada não só na questão da habitação como também na questão da saúde operária (creche, hospital, escola, etc.).

Analisando a proteção à primeira infância "mais organizada" existente em São Paulo em 1926, um médico higienista apontava poucas *instituições de porte* "destinadas a garantir coletivamente a direção da alimentação, a distribuição do bom leite, a guarda das crianças": além da Fábrica de Tecido dos Scarpa (antiga Maria Zélia), que permitia o aleitamento materno e tinha creche, eram mencionadas uma dependência do Serviço Sanitário na rua do Ipi-

ranga, os três outros centros de saúde da cidade, a creche Baronesa de Limeira (pertencente à Sociedade Feminina de Puericultura, situada em terreno próprio na rua do Vergueiro, congregaria desde 1911 um antigo serviço de distribuição de leite criado em 1905, a Gota de Leite, e um Consultório de Lactentes a partir de 1913, sendo subvencionada pelos governos estadual, federal e municipal), o ambulatório pediátrico da Santa Casa (serviço curativo e não-profilático), a Fundação Paulista de Assistência à Infância (situada no Bom Retiro, além de assistência médica possuiria Gota de Leite, escola maternal, creche, sendo administrada por religiosas), a Policlínica (antiga instituição de caridade fundada em 1895 e reaberta em 1920 que servia à população do Brás, Belenzinho e Moóca, para tratamento de crianças doentes) e o Hospital de Indianópolis (em funcionamento desde 1918, da Cruz Vermelha Brasileira, contando com pequena subvenção do governo estadual).⁷² Poucas, mas representativas instituições. Sintetizavam preocupações de ordem diversa, iniciativas de diferente natureza em relação à infância operária ou pobre.

De qualquer forma, até os inícios dos anos 30, a saúde não só das crianças filhas de operários como a de seus pais estava muito mais entregue à própria sorte.

1.3. SOBRAVA POUCO PARA O LAZER E A INSTRUÇÃO

O cinema, a dança e o futebol eram as diversões mais populares na cidade de São Paulo. No ano de 1928, à guisa de ilustração, os divertimentos em maior número, fiscalizados pela polícia de São Paulo como um todo, foram os cineteatros, as sociedades dançantes, jogos de bola, "tavernas e frontões".⁷³

Nos bairros operários, as diversões da população também eram cinema, futebol, bailes e teatros amadores. Eram numerosas as sociedades recreativas no Brás, Belenzinho, etc. Dançava-se nos clubes de futebol também: tango, rancharia, foxtrote, *one-step*, *two-step*, *ragtime*. . . Valsas do estilo *Pic-Nic Trágico* e *Rapaziada do Brás* eram enormemente apreciadas.⁷⁴

70. Vicente Pascarelli, *Da Proteção à Primeira Infância em São Paulo*. São Paulo, Irmãos Ferraz, 1926, pp. 20-36.

71. Samuel H. Lowrie, "A Assistência Filantrópica da Cidade de São Paulo", in *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Departamento de Cultura, 1936, n.º 27, pp. 193-238.

72. Vicente Pascarelli, *op. cit.*, pp. 40-97.

73. *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo*, 1928.

74. Jacob Penteado, *Memórias de Um Postalista*, São Paulo, Martins Ed.

Os operários freqüentavam as sociedades recreativas dançantes, engrossavam com sua presença os clubes de futebol, gostavam de bares e de casas de jogo e apostas. Muitos dos bairros pobres e operários tinham seus times de futebol ou associações esportivas, os "clubes de várzea", sendo muitos deles vinculados às fábricas e empresas.⁷⁵ Alguns nomes de times de futebol ou sociedades esportivas: Fábrica Sant'Ana, Gasômetro F.C., Esportiva Casa Pratt, Maria Zélia F.C. (que teria sido inclusive muito célebre e conhecido), Aníagem Paulista, Bloco Parnaíba, etc. O futebol em São Paulo se popularizara na várzea, ou seja, nos bairros da várzea, bairros pobres e operários, e crescera, era patrocinado, incentivado e incorporado.

A maioria dos operários não deveria ir muito ao cinema, embora bastante freqüentado pela população paulistana em geral ("chegava a formar fila") na época. Os cinemas de preço mais baixo correspondiam a 1% ou mais do salário mensal mais comum entre os operários. O rádio ainda não era popular no período, os bares não os possuíam, eram caros e sinal de "boa posição econômica e social". Até 1934 os possuidores de rádios na capital deviam inscrever seus aparelhos no Departamento de Correios e Telégrafos para pagamento de taxas. O operariado não tinha acesso fácil aos programas de rádio.

Alguns bairros operários são descritos como "bairros italianos", mesmo nas décadas de 20 e 30 (por exemplo, o Bexiga, Bom Retiro, Brás, Barra Funda), por diversos autores.⁷⁶ Assim, os grupos de conversa, o lazer em torno das refeições coletivas, do "vinho", a música feita nas ruas (conjuntos musicais) estavam impregnados por elementos culturais específicos. O lazer pobre nos vários bairros operários, de toda maneira, propiciava uma vida mais coletiva e não se igualava certamente ao do lado rico da cidade.

Em São Paulo se mencionava mesmo a "linguagem da várzea".⁷⁷ Esta foi incorporada à literatura do período por autores como Alcântara Machado, Mário de Andrade, Oswald de Andrade e muitos outros que, a despeito de sua visão "elitista", reconheceram sua riqueza e criatividade.

75. Por exemplo, *O Combate*, 5-1-1927; 15-1-1927; 21-1-1927.

76. Alcântara Machado, *Brás, Bexiga e Barra Funda*. São Paulo, Martins Editora, 1943; Franco Cenni, *Italianos no Brasil* ("Andiamo in América"). São Paulo, Martins Ed., s.d.

77. *O Combate*, 3-1-1927.

As festas religiosas, quermesses, procissões e romarias eram de certa forma populares nos bairros operários, o seu lado lúdico aliando-se ao religioso.

Nesse período, formas alternativas de lazer propostas pelos sindicatos operários, pelos grupos anarquistas e comunistas eram também expressivas na cidade e comuns no cotidiano de parte do operariado.

Em sua maioria o operariado em São Paulo não era analfabeto. Até meados dos anos 30, alguns autores, como Morse, por exemplo, chamaram atenção para esse fato.⁷⁸ No *Anuário Estatístico do Estado de São Paulo* de 1928, no setor denominado "repressão", encontram-se dados sobre operários identificados pelo DEOPS. Neste ano teriam sido identificados 102.654 operários no Estado de São Paulo: 60,3% homens, 39,7% mulheres, 51,9% maiores de vinte e um anos, 48,1% menores; 68,8% sabiam ler e escrever, 31,2% eram analfabetos.⁷⁹ Tendo em vista que o número de operários no Estado de São Paulo era "estimado" naquele ano em 148.376,⁸⁰ a "maioria" teria sido identificada pelo DEOPS e saberia ler e escrever.

Se o operariado não era de todo alfabetizado na época, o nível de alfabetização não era baixo. Mesmo entre as famílias bastante pobres dos operários da Limpeza Pública de São Paulo em 1936, 58% dos "chefes de famílias" sabiam ler, enquanto que entre 56% dos outros membros de sete anos ou mais, seriam alfabetizados 65% dos homens e 47% das mulheres; 2/3 das crianças freqüentavam a escola.⁸¹ A classe operária em São Paulo, ainda que precariamente, tinha condições de ler e escrever, podendo assim ter acesso a jornais, livros, folhetins, etc.

Não se pode deixar de ter a escola como referência central na questão da instrução no sistema capitalista, mormente quando a dominação burguesa está plenamente constituída. Nessa perspectiva, na questão da instrução, há que se ter em conta o estado e a instrução pública. No final da década de 20 e início de 30, já se encontra um aparelhamento em relação à instrução por parte do estado. Em relação ao estado, instrução e classe operária, importa

78. Richard Morse, *op. cit.*

79. *Anuário Estatístico de São Paulo*, 1928.

80. *Estatística Industrial de São Paulo*, 1928-1954 (AESP).

81. Samuel Lowrie, *op. cit.*, pp. 183-304.

avaliar primeiramente o ensino primário (o ensino secundário era reservado basicamente à classe média, sendo no período ainda restrito e apresentando um caráter notadamente elitista).

A maioria das crianças que freqüentavam os grupos escolares estaduais (primários) na capital eram filhas de trabalhadores industriais e assalariados urbanos em geral. Assim, os filhos de operários freqüentavam as escolas públicas e a crença de que filhos de operários estariam totalmente marginalizados do sistema educacional vigente deveria ser matizada, juntamente com a crença de que os operários estrangeiros, filhos e netos (maioria do operariado paulistano no período) se integravam menos ao esquema vigente. Cumpre ressaltar todavia que a freqüência dessas crianças à escola não era tão fácil: o número de repetentes e eliminados era significativo, assim como o pequeno número que chegava a concluir o curso.⁸²

O Estado tinha propostas específicas de instrução para a classe operária: as escolas noturnas e profissionais. As indústrias e a Igreja também tinham escolas destinadas ao operariado e seus filhos.

Nos anos 20 já constavam, nas leis e decretos sobre instrução pública no Estado de São Paulo, "escolas noturnas para adultos no nível primário". Pode-se perceber, nesse nível, uma maior preocupação com as mesmas a partir de 1933, com o Código de Educação para o Estado de São Paulo. Transformados em 1933 em cursos populares noturnos, essas escolas e cursos noturnos continuaram, em seu caráter e finalidade, mais ou menos os mesmos: instalados em zonas de grande densidade de população operária, visavam dar ensino primário elementar a adultos, instrução técnica fundamental sobre comércio, indústria (conforme a região) e cultura geral, "sobretudo higiênica, cívica e social". A freqüência dos operários a esses cursos não pode ser ressaltada de maneira exagerada: um número relativamente pequeno de operários os freqüentava, não sendo sempre bem-sucedido, como mostram as porcentagens de eliminação, aprovação e conclusão de curso.⁸³

Em relação à instrução profissional, pode-se dizer que o estado tinha como proposição explícita, além da "formação educativa dos jovens", "concorrer para o progresso das indústrias". Em uma lista

de cursos de ofícios, o governo deveria escolher para cada escola os que fossem mais apropriados às necessidades da vida operária e meio industrial onde ela estivesse instalada. As escolas profissionais possuíam uma "seção industrial", onde os alunos confeccionavam objetos para a venda, recebendo "diárias" de acordo com a sua "capacidade de trabalho" (as alunas não tinham direito à diária nas escolas profissionais femininas; recebiam alguma coisa na conclusão do curso). Uma análise ainda que superficial sobre as escolas profissionais em São Paulo em seu primeiro período permite inferir as pretensões do estado a longo prazo, ou seja, o atendimento às indústrias e a formação de trabalhadores especializados; a curto prazo, a disciplina do trabalhador em suas escolas. Ainda que a fase de consolidação do ensino profissional no Estado de São Paulo se dê entre 1934-1942, há um esforço crescente para a sua regulamentação e implantação por parte do estado nos fins da década de 20 e início de 30.⁸⁴

As indústrias e a Igreja também tinham suas propostas de instrução para o operariado, conforme foi assinalado.

Na capital, segundo a própria Superintendência da Educação Profissional e Doméstica, existiriam registradas, em 1934, 182 escolas profissionais particulares, além de inúmeras sem o devido registro. Muitas delas pertenceriam à indústria. Anúncios de oficinas ou indústrias que ofereciam cursos gratuitos de artes e ofícios para maiores de dezesseis anos de acordo com o "desenvolvimento industrial" do país ou de acordo com a natureza das próprias oficinas ou indústrias⁸⁵ permitem supor que, no âmbito dos próprios estabelecimentos, quaisquer que fossem suas dimensões, tratava-se de qualificar os trabalhadores de acordo com as necessidades imediatas, disciplinando e diminuindo o custo do "trabalho".⁸⁶

A Igreja mantinha também suas escolas para os operários e "pobres", onde o objetivo disciplinar era explícito. Alguns institutos sociais, como o Frederico Ozanam, segundo o semanário católico *O Operário*, teriam em funcionamento regular sete escolas reconhecidas e fiscalizadas pelo governo federal.⁸⁷ A Associação das Escolas Populares, que teria onze escolas "fiéis ao seu programa

82. Maria A. Guzzo Decca, "Alguns Aspectos da Vida Operária em São Paulo: 1927-1934", in *Plural*, ano I, n.º 3, pp. 26-41; e pp. 32-33.

83. *Idem*, p. 34.

84. *Idem*, pp. 34-5.

85. Por exemplo, *O Combate*, 18-1-1927 e mais 20-1-1927, 4-2-1927 e 6-1-1927.

86. Maria A. Guzzo Decca, *op. cit.*, p. 36.

87. *O Operário*, 25-2-1934.

católico", funcionaria regularmente. O *Operário* (ligado ao Centro Operário Católico Metropolitano) traz inúmeras referências sobre escolas ligadas à Igreja para operários, sendo inclusive mencionada a Juventude Operária Católica (JOC), "verdadeira escola teórica e prática de formação da consciência e vontade, onde os jovens operários aprendem a adquirir um modo de viver honesto e cristão".⁸⁸

A classe operária também cuidava da sua própria instrução. Grupos operários de tendências políticas diferentes apresentavam propostas de instrução através de sua imprensa, lutavam para criar, nos sindicatos e fora deles, escolas, centros de aprendizagem, centros de cultura "social e operária". Parte do operariado estava empenhada na preservação de sua própria imprensa enquanto modo de vida, enquanto instrumento de educação e conscientização.

A resistência operária diante do difícil cotidiano imposto por uma sociedade onde o caráter urbano-industrial se acentuava revelou-se, de inúmeras formas, em vários níveis, em uma multiplicidade de aspectos difíceis de ser captada.

Os trabalhadores na cidade de São Paulo tinham, como se tentou mostrar, um "quadro de vida" bastante semelhante e ao mesmo tempo particular em relação às outras classes sociais em São Paulo no período entre 1927-1934.

A classe operária era bastante consciente a respeito de suas condições de vida. As pesquisas realizadas com famílias operárias em 1932, 1933, 1934 e 1936, já mencionadas, mostraram que a grande maioria do operariado consultado não revelou tendência a super ou subavaliar suas condições objetivas e concretas de existência. As famílias operárias que se mostraram solícitas em relação às pesquisas e as que se recusaram a responder às mesmas tinham em vista a própria classe à que pertenciam: "esperanças de melhorias que poderiam resultar para a classe operária" ou "medo de disposições nocivas contra a própria classe".

O fato de o operariado estar estabelecido em certos setores da cidade possibilitava ainda a manutenção de uma "comunidade" no sentido de uma congregação de pessoas com condições de vida e trabalho bastante semelhantes. Embora haja indicação de mobilidade relativa do operariado (o operariado geralmente não possuía casa própria, pagando aluguel; as pesquisas realizadas com as famílias operárias mostraram que um número significativo de operários

pesquisados havia mudado de endereço depois de alguns meses), o rodízio era sempre feito no âmbito dos bairros operários e pobres, onde os aluguéis eram mais baratos ou onde, no caso dos bairros mais longínquos, ainda era possível construir "casa própria". O "modo de vida" (lazer, instrução, salário, condições de habitação, saúde, alimentação, vestuário) era bastante parecido, o que deve ter unido o operariado e as camadas mais pobres da população em termos de interesses mais ou menos comuns e específicos em relação às outras classes ou grupos sociais.

Outros aspectos da vida operária serão reconstituídos, de forma ainda mais indireta e muitas vezes fragmentada, ao longo dos outros capítulos.

88. O *Operário*, 3-3-1928, 16-10-1932, 11-6-1933, 17-6-1934, 26-8-1934 e 30-7-1933.

